

No Município, 97% dos professores ganham mais que o piso nacional

Reajuste definido pela União será superado em abril, quando haverá aumento

■ Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br

Tempestade em copo d'água. É mais ou menos desta forma que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura encara a denúncia de que, pela primeira vez, a Prefeitura não está cumprindo a Lei Federal 11.738, de 16 de julho de 2008, que instituiu o piso nacional dos professores. Como o valor atualmente é um pouco inferior ao fixado pelo Ministério da Educação, o vereador Renato Kranz (PMDB) encaminhou uma representação ao Ministério Público pedindo providências.

Para este ano, o MEC

fixou o salário inicial em R\$ 2.135,64 para 40 horas semanais. Em Montenegro, os professores são concursados para cargas de 22 horas por semana. Logo, na proporcionalidade, o piso deveria ser de R\$ 1.174,60, mas a Prefeitura paga R\$ 1.128,00. A diferença a menor é de R\$ 46,60.

O vereador explica que, nos últimos anos, os professores do Município tiveram reajustes inferiores aos fixados pela União para o piso nacional, o que vem provocando uma sucessiva defasagem. Em 2011, segundo ele, o Município pagava 35% mais do que o valor fixado pelo MEC

aos educadores em início de carreira. "Significa que nossos professores estão ganhando cada vez menos", alerta Kranz.

Na representação encaminhada ao Ministério Público, Renato alerta que esta situação representa grave prejuízo aos profissionais da Educação e, consequentemente, a todo o sistema de ensino. "Com certeza, o resultado disso é a perda da qualidade da educação, devido ao desestímulo dos educadores", acredita. Para o vereador, o não cumprimento da lei caracteriza "desleixo" da parte de quem gerencia a Educação em Montenegro.

Ele pede a responsabilização dos prefeito Luiz Américo Aldana e da secretária Silvana Schallenberg.

A acusação, porém, não abala o governo. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, esta situação é temporária, pois, em abril, a categoria terá seus vencimentos reajustados, junto com o restante do funcionalismo. "E os valores serão novamente maiores que o piso nacional", antecipa Silvana. Além disso, dos 610 professores da rede pública municipal, apenas 16 ainda recebem somente o básico. "97% dos nossos educadores ganham valores acima do piso", reforça.



SECRETÁRIA Silvana Schallenberg



VEREADOR Renato Antônio Kranz

Regra da carga horária agora está sendo cumprida

A lei federal que estabeleceu o piso nacional dos professores também determina que um terço de sua carga horária seja reservada para atividades fora da sala. Neste tempo, devem preparar as aulas e participar de ações de qualificação do seu trabalho. Significa que, numa jornada de 22 horas semanais, o professor fica com os estudantes apenas por 16h, ou seja, quatro turnos por semana. No quinto, o estudante é atendido por um substituto, desenvolvendo outras atividades curriculares, como Hora do Conto e sala de Informática.

Para fechar a carga horária e respeitar a lei com

que os alunos desenvolvem outras atividade, mais os minutos acumulados em recreios com reuniões nas escolas e uma hora semanal para correção de provas em casa, a lei passou a ser cumprida em setembro do ano passado. Paralelamente, a Administração Municipal admitiu em torno de 80 novos educadores.

Silvana considera curiosa a preocupação do vereador Renato Kranz com a Lei do Piso agora, quando está na oposição. "Quando ele era secretário, este item da carga horária nunca foi respeitado, a ponto de o Ministério Público ajuizar uma ação contra a Prefeitura", aponta. Ela identifica nas ações do

OS NÚMEROS

PISO NACIONAL (PARA 40 HORAS SEMANAIS).....	R\$ 2.135,64
VALOR QUE A PREFEITURA DEVERIA PAGAR.....	R\$ 1.174,60
VALOR QUE A PREFEITURA PAGA (ATÉ ABRIL).....	R\$ 1.128,00

OS NÚMEROS

PISO NACIONAL (PARA 40 HORAS SEMANAIS).....	R\$ 2.135,64
VALOR QUE A PREFEITURA DEVERIA PAGAR.....	R\$ 1.174,60
VALOR QUE A PREFEITURA PAGA (ATÉ ABRIL).....	R\$ 1.128,00
DIFERENÇA.....	R\$ 46,60

$$\frac{610}{16} \times 100\% = 97,4\%$$

PROFESSORES QUE RECEBEM MAIS QUE O PISO

nos por semana. No quinto, o estudante é atendido por um substituto, desenvolvendo outras atividades curriculares, como Hora do Conto e sala de Informática.

Para fechar a carga horária e respeitar a lei com menor impacto financeiro devido à necessidade de contratação de mais professores, a Smec passou a contar, como hora de atividade extraclasse, os 20 minutos diários do professor no recreio. "É um tempo pelo qual eles são remunerados, mas não desempenham atividade em sala de aula", explica a secretária Silvana Schallenberg. O Sindicato da categoria protesta e considera a medida ilegal, mas a decisão conta com o aval do Ministério Público.

Somando as 4 horas em

Renato Kranz com a Lei do Piso agora, quando está na oposição. "Quando ele era secretário, este item da carga horária nunca foi respeitado, a ponto de o Ministério Público ajuizar uma ação contra a Prefeitura", aponta. Ela identifica nas ações do legislador a clara e única intenção de atacar o governo e não um desejo genuíno de qualificar a Educação.

Quando ele era secretário, esse item da carga horária nunca foi respeitado...

Silvana Schallenberg
Secretária municipal da Educação,
sobre o vereador Renato Kranz

Convite para missa de 2 anos de falecimento
Os Familiares de



**ARI FERREIRA
DA COSTA FILHO**

Convidam para a missa, que será realizada nesta quarta-feira, dia 24/02/2016, na Catedral São João Batista, às 18h30min.

"Saúde não depende do tempo que você não vê a pessoa e, sim, da vontade que você sente de estar com ela."

Sindicato orienta professores e ingressarem na Justiça

O Sindicato dos Profissionais de Educação de Montenegro, que representa os professores da rede pública municipal, informa que o problema registrado agora vem sendo denunciado pela entidade há mais de três anos. "Mesmo alertando o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, sobre a necessidade urgente de o Município cumprir a Lei do Piso, nunca conseguimos debater sobre este tema", lamenta o presi-

dente da entidade, Rodrigo Luchesi Tichy.

De acordo com o sindicalista, Montenegro tem falta de profissionais, salas superlotadas de alunos e escolas aguardando reforma e ampliação há anos. "Quanto ao piso, estamos divulgando a informação e aconselhando os colegas a moverem ações judiciais, a fim de obterem os valores perdidos. É preciso analisar cada caso, pois quanto mais antigo e com melhor

formação, maior é a perda", afirma Tichy.

A entidade chegou a analisar a possibilidade de recorrer ao Ministério Público, mas concluiu que isso não será necessário porque o vereador Renato Kranz (PMDB) já o fez. "Continuaremos conversando com os colegas e mostrando tabelas e cálculos", afirma o presidente, destacando que a categoria deve estar mobilizada para defender seus interesses.



SINDICALISTA Rodrigo Luchesi Tichy